

Atividade de extensão

[Imprimir](#)

Programa: 23112.000188/2000-06 – Incubadora Regional de Cooperativas Populares - INCOOP.	
Nº. processo: —	Nº. processo anterior: Não
Nº. processo referência SEI: —	
Título da Atividade: Ampliação do acesso de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas às políticas públicas de fomento à transição agroecológica no estado de São Paulo.	

Coordenador: Joelson Goncalves de Carvalho	
Setor do coordenador: DCSo - Departamento de Ciências Sociais	
Ingresso na universidade: 29/01/2013	Cargo: Professor Ensino Superior
Titulação do coordenador: Doutorado	

Setor responsável: NuMIEcoSol - Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária	
Abrangência na UFSCar: Intradepartamental	
Data inicial prevista da atividade: Esta data, definida pelo(a) proponente, é estimativa e está sujeita à dinâmica de tramitação da proposta. 01/09/2025	Término da atividade: 31/07/2027
Data inicial da atividade: Esta é a data inicial efetiva da atividade. Ela será indicada pela ProEx quando da publicação da aprovação da atividade pelo CoEx no Boletim de Serviço Eletrônico do SEI-UFSCar.	
Outros setores envolvidos: —	
Linha programática: Desenvolvimento Rural "Trabalho e negócio rural. Capacitação tecnológica, gestão e administração rural, informática agrícola, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras. "	
Grande Área: (Classificação CNPQ) Ciências Agrárias	
Área Temática principal: Direitos Humanos e Justiça	Área Temática secundária: Educação
ODS Principal (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Fome zero e agricultura sustentável	ODS Secundário (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Erradicação da pobreza

Tipo de atividade: Projeto	Subtipo de atividade: -
Resumo: O presente projeto tem por objetivo promover a ampliação do acesso de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas às políticas públicas de fomento à transição agroecológica no estado de São Paulo, por meio de ações de extensão rural participativas e dialógicas. Para tanto, orientamos nossa metodologia de atuação pelos princípios políticos e pedagógicos da Educação Popular e da Pesquisa Participante, a fim de promover ações que estimulem a ampliação e difusão de sistemas agroecológicos voltados à produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a cadeia produtiva com ênfase no uso sustentável da terra e da água e cultivo agroecológico, visando a produção e comercialização de produtos alimentícios saudáveis como forma de geração de trabalho e renda no campo. Esperamos como resultado ampliar o número de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas regularizadas e beneficiadas pelas políticas de fomento à transição agroecológica, notoriamente pelas recentes modalidades ambientais do Crédito Instalação (Florestal, Recuperação Ambiental) e dos programas de compras institucionais.	
Publico Alvo: Famílias residentes em assentamentos federais implementados no Estado de São Paulo sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR-8); famílias residentes em territórios de remanescentes quilombolas.	
Previsão de público / Entidade alvo: 20000	
Previsão do número de exames, perícias e laudos realizados em laboratórios / depto: —	
Comunidade Atingida: Externa	
Parceria Externa: Órgãos Públicos (INCRA e MDA)	
Tipo de Financiamento: Órgãos Públicos	
Recurso: ProEx: 0.00 - Externos: 10,000,000.00	
Palavras-chave: 1 - "Políticas Públicas", 2 - "Extensão Rural" e 3 - "Agroecologia"	
Local da atividade: Na UFSCar e Fora da UFSCar - Estado de São Paulo	
Informações complementares: OBJETO Apoiar conjunto de ações de extensão rural que promovam a ampliação do acesso de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas às políticas públicas de fomento à transição agroecológica no estado de São Paulo.	
FINALIDADE a. Incentivar projetos e práticas voltadas à transição agroecológica e geração de trabalho e renda pelas famílias assentadas e comunidades quilombolas no território paulista, por meio da melhoria das condições de acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar no âmbito do estado de São Paulo; b. Promover a articulação entre técnicos, pesquisadores, agricultores familiares, comunidades quilombolas, por meio de encontros comunicativos e dialógicos, visando a realização de trocas de saberes e experiências de extensão rural nas áreas da transição agroecológica e dos sistemas orgânicos de produção; c. Fornecer informações sistematizadas acerca das condições de execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, com proposição de diretrizes de avaliação de políticas para o desenvolvimento da transição agroecológica na agricultura familiar.	

Informações para contato:

nuperufscar@gmail.com, joelson@ufscar.br, www.nuperufscar.com.br

Status:

em tramitação - 01/08/2025

Data da Aprovação:

-

Detalhamento

Apresentação e justificativas:

CONSIDERANDO que à Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF/MDA) compete, entre outras atribuições: a) Propor diretrizes e avaliar as políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar; b) Planejar, coordenar, supervisionar, promover, monitorar e avaliar as atividades relativas à política de desenvolvimento da agricultura familiar; c) Propor, apoiar e participar de programas de pesquisa e inovação agropecuária, assistência técnica e extensão rural; d) Promover a articulação das ações voltadas ao desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar e buscar sua execução descentralizada e integrada com Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil organizada; e) Promover a participação das agricultoras e agricultores familiares ou de seus representantes em colegiados voltados ao desenvolvimento rural sustentável; f) Integrar, coordenar e promover a agroecologia e a produção orgânica para fortalecer a transição agroecológica e a transversalidade nas diversas políticas, programas e ações no âmbito do Ministério e nas relações interministeriais;

CONSIDERANDO que a política de implantação de assentamentos rurais em território nacional possibilitou uma alternativa de trabalho e oportunidade de obtenção de terra para uma população historicamente marginalizada e com inserção precária no mundo laboral do trabalho;

CONSIDERANDO que o conjunto de pesquisas realizadas permitiu identificar, historicamente, a persistência de graves problemas sociais ainda sem equacionamento nos assentamentos constituídos, ensejando limitações históricas objetivas em relação às possibilidades de progresso e sustentação da produção agrícola, como também da qualidade de vida cotidiana das famílias assentadas;

CONSIDERANDO que o reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, em relação à formulação de políticas públicas para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas;

CONSIDERANDO o histórico de atuação do NuMI-EcoSol e NUPER, no que tange às ações de pesquisa, extensão rural, economia solidária e articulação de redes e formação, realizadas com o intuito de aprofundar o conhecimento e a reflexão crítica sobre questões agrárias, agroecológicas e políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em suas múltiplas dimensões.

CONSIDERANDO que a extensão rural se configura enquanto processo educativo de comunicação e compartilhamento de conhecimentos científicos e populares, que promova encontros efetivamente dialógicos, de troca de saberes, a serem estabelecidos entre técnicos, pesquisadores, agricultores familiares e comunidades quilombolas.

JUSTIFICA-SE a celebração do Termo de Execução Descentralizada proposto, tendo em vista sua incidência potencial na formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural que fomente uma nova lógica agrária e produtiva, pautada por uma agricultura ecologicamente sustentável e que promova o exercício soberano das políticas nacionais de abastecimento e, simultaneamente, o combate à pobreza e à insegurança alimentar no rural brasileiro.

Objetivos:**OBJETIVO GERAL:**

Promover a ampliação do acesso de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas às políticas públicas de fomento à transição agroecológica no Estado de São Paulo, por meio de ações de extensão rural participativas e dialógicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Incentivar projetos e práticas voltadas à transição agroecológica e geração de trabalho e renda pelas famílias assentadas e comunidades quilombolas no território paulista, por meio da melhoria das condições de acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar no âmbito do Estado de São Paulo;
- b. Promover a articulação entre técnicos, pesquisadores, agricultores familiares, comunidades quilombolas, por meio de encontros comunicativos e dialógicos, visando a realização de trocas de saberes e experiências de extensão rural nas áreas da transição agroecológica e dos sistemas orgânicos de produção;
- c. Fornecer informações sistematizadas acerca das condições de execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, com proposição de diretrizes de avaliação de políticas para o desenvolvimento da

transição agroecológica na agricultura familiar.

Outras Informações Pertinentes:

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, cabe ressaltar que compreendemos a agroecologia como campo histórico de práticas sociais e de conhecimentos culturalmente construídos, que problematizam as formas de metabolismo sociedade-natureza no âmbito das lutas e da resistência dos povos contra a ordem social do capital (DIAS et al., 2021). Partimos do entendimento de que a promoção, produção e difusão de práticas no campo da agroecologia constituem-se como forças motrizes da capacidade humana de reflexão sobre a experiência vivida e de problematização da realidade social, tendo em vista sua transformação. Em outras palavras, a agroecologia enquanto “práxis [que] sugere a possibilidade de incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido” (SILVA, GUHUR, 2021, p. 64). Neste sentido, 4 princípios metodológicos estruturam a concepção inerente ao caráter popular que se pretende durante o projeto de extensão, baseadas no Seminário Nacional sobre Educação em Agroecologia no ano de 2013, a saber: 1) Princípio da vida, por meio da valorização de processos educativos que considerem o conjunto dos seres vivos e fortaleçam os ciclos vitais; 2) Princípio da valorização da diversidade humana, pelo reconhecimento dos saberes tradicionais e cosmologias étnico-raciais; 3) Princípio da complexidade, que reconhece a primazia do pluralismo metodológico, epistemológico e da transdisciplinaridade; 4) Princípio da transformação social, realizada por meio da promoção de experiências educativas emancipatórias, de modo a ampliar as práticas de autogestão e auto-organização dos sujeitos sociais (SOUZA et al., 2021).

Portanto, orientamos nossa metodologia de atuação pelos princípios políticos e pedagógicos da Educação Popular e da Pesquisa Participante, a fim de promover a formação técnica em agroecologia para implantação de sistemas voltados à produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a cadeia produtiva com ênfase no uso sustentável da terra e da água e cultivo agroecológico, visando a produção e comercialização de produtos alimentícios saudáveis como forma de geração de trabalho e renda no campo.

METAS E ATIVIDADES

a) Ação prioritária 1: Condições de acesso a políticas públicas

META 1: Realizar visitas técnicas de sensibilização e orientação às organizações de assentados e quilombolas para acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como crédito instalação e PAA, dentre outras vigentes no estado de São Paulo, de modo a incentivar projetos e práticas voltadas à transição agroecológica e geração de trabalho e renda.

Etapa 1.1: Planejamento estratégico e metodológico do projeto para definição de parâmetros técnicos e conceituais do trabalho de campo;

Etapa 1.2: Visita técnica, com realização de levantamento de demandas (individuais e/ou em grupo) com agricultores assentados e população quilombola, visando a operacionalização de metodologia, análise de requisitos e procedimentos de acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à transição agroecológica.

b) Ação prioritária: Formação técnica e articulação de saberes científicos e experiências populares.

META 2: Promover formação de técnicos, pesquisadores, agricultores familiares e comunidades quilombolas, por meio de intercâmbios de saberes e experiências de extensão rural nas áreas da transição agroecológica e dos sistemas orgânicos de produção.

Etapa 2.1: Oficinas de formação técnica e intercâmbio em transição agroecológica a partir dos saberes e experiências populares

Etapa 2.2: Realização de Caravanas Agroecológicas para difusão de formas sustentáveis de produção em assentamentos rurais e comunidades quilombolas

c) Ação prioritária: Sistematização de experiência e produção de conhecimento.

META 3: Proposição de diretrizes de avaliação de políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar

Etapa 3.1: Ordenação, classificação e categorização das informações obtidas durante o trabalho de campo, por meio da análise de relatórios técnicos elaborados pelas equipes extensionistas.

Etapa 3.2: Elaboração de documento técnico contendo análise sobre limites e potencialidades atuais das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como crédito instalação e PAA, para o incremento de práticas voltadas à transição agroecológica e a geração de trabalho e renda.

PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS

O monitoramento e a avaliação do projeto serão realizados continuamente ao longo de seus doze meses de execução. Além dos documentos técnico-científicos previstos como parte das metas e objetivos propostos, serão mantidos registros permanentes das atividades realizadas, bem como de seus resultados, por meio de instrumentos e procedimentos com características gerais comuns para toda a equipe, mas adaptáveis às peculiaridades de cada uma das metas. Periodicamente, serão realizados encontros para o

monitoramento das sistematizações feitas pela equipe, verificação das hipóteses e elaboração de relatórios parciais para facilitar a elaboração do relatório técnico-científico proposto. A avaliação final do projeto será realizada pela aplicação de ferramentas de monitoramento e avaliação de seus resultados, considerando os indicadores previamente estipulados e objetivamente comprováveis.

CARACTERIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DAS ENTIDADES PROPONENTES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

A Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI/UFSCar) será a instituição responsável pela gestão executivo-financeira do referido projeto, e atuará conjuntamente com o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar (NuMI- EcoSol), instituição tecnicamente responsável pela execução estratégica e operacional, e com o Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar), responsável pela coordenação acadêmica.

a) Histórico de atuação do NuMI-EcoSol/UFSCar e do NuPER/UFSCar

O NuMI-EcoSol é uma “unidade de ensino, pesquisa e extensão criada pela Resolução ConsUni 698, de 12 de agosto de 2011 e vinculado diretamente à Reitoria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)”. O núcleo surgiu como Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar). Desde 1998, a INCOOP/NuMI-EcoSol vem se dedicando às atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada, relevantes para a Economia Solidária, dentre as quais se destacam as que se referem a processos de incubação de EES, em várias atividades econômicas. O NuMI-EcoSol conta com a participação de docentes, profissionais e alunos de diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação profissional (Psicologia, Engenharia Civil, de Materiais, de Produção, Economia, Arquitetura, Biologia, Química, Enfermagem, Nutrição, Terapia Ocupacional, Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Gestão de Cooperativas, Geografia, entre outras) para desenvolver projetos de incubação de empreendimentos solidários, articulando ensino, pesquisa e extensão. Em seus anos de existência o NuMI-EcoSol buscou e contou com financiamentos obtidos junto a vários órgãos de fomento de iniciativas em Economia Solidária e de Pesquisa, como CNPq, FINEP, FAPESP, PRONINC, PROEXT e, em alguns momentos, estabeleceu parcerias com iniciativa privada e governos municipais, como forma de garantir recursos diversos para a manutenção de suas atividades e o atendimento a necessidades e demandas, em particular da comunidade atendida.

O NuPER/UFSCar tem como objetivo aprofundar conhecimento e reflexão crítica sobre questões agrárias, agroecológicas e políticas públicas para o rural, através de pesquisa, extensão, articulação de redes e formação, visando o desenvolvimento rural em suas múltiplas dimensões. O Núcleo se organiza por três eixos:

1) Questão Agrária: Refletir sobre a dinâmica agropecuária a partir de sua manifestação nos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais, que configuram a Questão Agrária tanto em perspectiva histórica, quanto contemporânea, estabelecendo um espaço de estudo, formação e atuação socialmente justa. 2) Agroecologia: Refletir sobre a agroecologia, suas práticas, conceitos, potencialidades e limitações, através da pesquisa, formação e extensão, incorporando os saberes locais e utilizando metodologias participativas, de modo a construir um espaço gerador e multiplicador do conhecimento; 3) Políticas Públicas: Refletir sobre as políticas públicas voltadas ao meio rural, desde sua entrada (ou não) na agenda política, passando pelo processo de construção e implementação, até seus resultados práticos, constituindo um espaço de análise crítica e proposições em matéria de planos, programas e projetos.

O NuPER/UFSCar tem sido responsável pela execução de diversos projetos de extensão universitária, tais como a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária de São Carlos (JURA) e o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica no campus de São Carlos (NEA/UFSCar), como parte do projeto “Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos”, executado com recursos oriundos do edital CNPq nº 21/2016. No rol das atividades desse projeto, o NuPER coordenou um curso de ATER focado na formação de Agentes Populares de Agroecologia com mais de 2.200 inscritos. Ademais, o núcleo de pesquisa iniciará ainda no primeiro semestre de 2023 a execução do projeto “Formação de Agentes Populares de Agroecologia”, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujo objetivo é a formação de caráter popular de cerca de 400 agentes de agroecologia, que possam atuar como multiplicadores em suas comunidades e territórios no desenvolvimento de ações na defesa e em prol da agroecologia, tendo como grupo prioritário os assentados e assentadas beneficiários de programas de redistribuição fundiária no estado de São Paulo.

Equipe de trabalho

Servidores				
Atividades:	Coordenador - Professor Ensino Superior (DCSo)	Ano	Previstas	Efetivas
ACIEPE - Repensando a pesquisa e extensão rural universitária: a questão agrária em perspectiva		2024	60 hs	60 hs
		2025	0 hs	60 hs
Meliponicultura, Agroecologia e Economia Solidária: trabalho e geração de renda coletiva no Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos/SP. Abrangência: Município de São Carlos/SP.		2023	20 hs	20 hs
		2024	20 hs	20 hs
		2025	0 hs	20 hs
Ampliação do acesso de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas às políticas públicas de fomento à transição agroecológica no estado de São Paulo.		2025	60 hs	0 hs
		2026	60 hs	0 hs
		2027	60 hs	0 hs
Práticas de extensão rural para agentes populares de agroecologia		2022	120 hs	0 hs
		2023	120 hs	0 hs
		2024	60 hs	0 hs
Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: defender a vida, combater o agronegócio!		2025	20 hs	60 hs
Apoio às atividades curriculares integradoras de ensino, pesquisa e extensão do curso Pedagogia da Terra, das Águas e das Florestas		2024	20 hs	0 hs
		2025	20 hs	0 hs
		2026	20 hs	0 hs
		2027	20 hs	0 hs
		2028	20 hs	0 hs
Projeto de Extensão Curso Pré-Vestibular da UFSCar-São Carlos - oferta 2023		2023	100 hs	0 hs
Atividades de Apoio a Implementação do Curso de Bacharelado em Administração com Linha de Formação em Sistemas Agroindustriais da Agricultura Familiar		—	—	—
Curso de Especialização em Educação do Campo – Programa Escola da Terra		—	—	—
Construção participativa de ações e diretrizes de políticas públicas de extensão rural em agroecologia e desenvolvimento sustentável.		2023	140 hs	60 hs
		2024	140 hs	60 hs
		2025	140 hs	60 hs
		2026	0 hs	60 hs
ACIEPE - Repensando a pesquisa e extensão rural universitária: a questão agrária em perspectiva		2025	80 hs	60 hs

Alunos de pós-graduação	
Daniele Francisco	voluntário
Patric Oberdan dos Santos	voluntário

Participantes de Pós-Doutorado	
Flávia Sanches de Carvalho	voluntário
Mariana Machitte de Freitas	voluntário
Diogo Marques Tafuri	voluntário

Total: 6 participantes

Recursos ProEx

Orçamento		Solicitado	Concedido	Gasto
Alínea / Descrição				
Diárias Pessoal Civil:	–			
Material de Consumo:	–			
Material Permanente:	–			
OST Pessoa Física:	–			
OST Pessoa Jurídica:	–			
Passagens:	–			
Total de recurso:				

Bolsas de Extensão													Ano da bolsa: 2025
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Solicitada													
Concedida													
Efetivadas													

Justificativa da solicitação ProEx de bolsas de extensão e descrição das atividades de cada um dos bolsistas (alunos de graduação) separadamente:
–
Justificativa da solicitação à ProEx de recursos financeiros:
–

Cronograma de desembolso mensal dos recursos solicitados:
–

Bolsas PIDICT

Participante	Tipo	Bolsa
Joelson Goncalves de Carvalho	Coordenador - Professor Ensino Superior	–
Daniele Francisco	voluntário	–
Patric Oberdan dos Santos	voluntário	–
Flávia Sanches de Carvalho	Pós-Doutorado - voluntário	–
Mariana Machitte de Freitas	Pós-Doutorado - voluntário	–
Diogo Marques Tafuri	Pós-Doutorado - voluntário	–

